

AMÉRICA LATINA, DESENVOLVIMENTO E IDEOLOGIA*

Flávia Braga Vieira**

RESUMO

A principal motivação para a pesquisa e redação deste artigo é a reflexão sobre a luta do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). Cotidianamente, o MAB se depara com o debate acerca do modelo de desenvolvimento. Isto acontece porque para construir barragens os governos e empresas privadas (nacionais e internacionais) utilizam como justificativa a necessidade de “desenvolvimento”. Este modelo de desenvolvimento latino-americano sempre esteve ancorado na legitimidade que um conjunto de idéias e práticas ajudou a lhe conferir. O presente artigo empreende uma análise crítica da ideologia desenvolvimentista que aparece em diversos autores e correntes do pensamento latinoamericano, as quais serviram para legitimar socialmente ações estatais e privadas na construção de barragens.

Palavras-chave: desenvolvimento, ideologia, barragens, América Latina, marxismo.

ABSTRACT

The main motivation for the research and writing of this article is the reflection on the struggles of the Dam-Affected Movement (MAB). Everyday MAB faces the debate over the development model. This happens because to build dams governments and private companies (national and international) usually use as justification the need for “development”. The latin american development model always found legitimacy in a set of ideas and practices. This article analyses in a critical way the ideology of development present in different authors and schools of the latin american thought, which were used to give legitimacy for state and private actions related to the construction of dams.

Key-words: development, ideology, dams, Latin America, marxism.

* Este artigo é uma versão reduzida do trabalho de conclusão de curso apresentado em 2005 pela autora ao Curso de Especialização em Estudos Latino-americanos (ENFF/MST e UFJF). O trabalho foi escrito sob a orientação da Professora Roberta Traspadini, mais do que professora, uma aguerrida militante da educação popular a quem este trabalho deve seu potencial analítico-militante.

** A autora é socióloga e trabalha no IPPUR/UF RJ em projetos de assessoria do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB.

INTRODUÇÃO

A principal motivação para a pesquisa e redação deste artigo é a reflexão sobre a luta do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB)¹. Cotidianamente, o MAB se depara com o debate acerca do modelo de desenvolvimento. Isto acontece porque para construir barragens os governos e empresas privadas (nacionais e internacionais) utilizam a justificativa da necessidade do “desenvolvimento”, um conceito que foi interpretado historicamente como sinônimo de crescimento econômico, incorporação do progresso técnico à economia produtiva. Entretanto, esse modelo de desenvolvimento centrado na acumulação e concentração da renda e da riqueza nas mãos de poucos, sempre esteve ancorado na legitimidade que um conjunto de idéias e práticas ajudou a lhe conferir. Por exemplo, o princípio jurídico que é utilizado para expulsar camponeses, ribeirinhos, indígenas, quilombolas de suas terras é o da “utilidade pública”. Mesmo que a energia produzida, pela barragem, vá toda para uma empresa privada multinacional, ainda assim a expropriação de terras é baseada no princípio da utilidade pública.

Isto acontece porque na sociedade capitalista a “utilidade pública”, o “desenvolvimento” e o “bem comum” são algumas das expressões utilizadas pela burguesia para camuflar, para esconder o real conteúdo destas coisas. Caso mostrasse sua verdadeira intenção, dito modelo não teria a menor possibilidade de aceitação social. Por exemplo, as pessoas não iriam aceitar os impactos sociais e ambientais das barragens se a burguesia dissesse que eles são necessários para: o que é “útil” para o capital, o “desenvolvimento” do capital, o “bem” do capital.

Além disso, o conceito de desenvolvimento esteve também associado à idéia de “progresso”. De uma maneira geral, o progresso foi analisado e reconhecido como algo inexorável, como um destino infalível da história e como um caminho quase natural para a

¹ O Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) é um movimento social que nasceu no Brasil como desdobramento das lutas locais e regionais contra grandes empreendimentos hidrelétricos na década de 1980. Em 1991 ocorreu o primeiro Encontro Nacional que marcou sua fundação enquanto entidade nacional. A partir de então o MAB passou a organizar e representar as populações atingidas por barragens, nas quais se incluem: ribeirinhos, camponeses, trabalhadores rurais dos mais variados tipos (assalariados, meeiros, posseiros, arrendatários, etc), pescadores, garimpeiros, indígenas, quilombolas, enfim, todos os grupos que, deslocados compulsoriamente ou não, têm suas vidas e modos de vida afetados de alguma maneira pela construção de barragens. Para maiores informações sobre a história do MAB, ver: VAINER, 2004.

humanidade, de tal sorte que o grande objetivo das sociedades é fazer girar a roda do progresso.

Desta forma, o discurso do desenvolvimento parece muito convincente e faz com que muitos setores populares, da esquerda e dos movimentos sociais da sociedade latino-americana acabem reproduzindo a idéia do desenvolvimento nacional sem questionar o seu profundo caráter de classe. Este artigo pretende ajudar a entender como se formou a ideologia desenvolvimentista na América Latina.

Primeiramente, será apresentado um conjunto de teorias que, no campo acadêmico e principalmente político, construíram um pensamento genuinamente latino-americano sobre o desenvolvimento. Apontaremos as suas virtudes, mas também os elementos da sociedade capitalista com os quais não conseguiram romper. Além disso, discutiremos a maneira como estas teorias se transformaram em ideologias. Por fim, discutiremos a maneira como os movimentos sociais (em especial a Via Campesina) têm discutido a questão do desenvolvimento para que possamos apontar caminhos de um projeto futuro de desenvolvimento sem cair novamente nas armadilhas para as quais o capitalismo nos levou.

Em todo este trabalho o principal referencial teórico-metodológico que teremos é o marxismo. Isso significa dizer que, para debater conceitos e idéias a partir da sua construção histórica na América Latina, estaremos nos referindo ao acúmulo do pensamento marxista sobre o assunto. Assim, além de aparecer problematizado enquanto uma das bases do pensamento desenvolvimentista na América Latina, o pensamento marxista, cumpre o papel de bússola no caminho que vamos percorrer. São papéis distintos e complementares.

É importante também ressaltar que mais do que “resolver” problemas, este artigo se propõe a problematizar alguns temas considerados consensuais ou tabus no debate da esquerda.

1. DESENVOLVIMENTO: Quais são, e em que contexto foram produzidas, as Teorias do Desenvolvimento na América Latina?

Para discutir os conceitos de desenvolvimento que foram produzidos no pensamento social latino-americano é preciso, antes de tudo, responder a uma pergunta inicial e básica: o que é desenvolvimento?

No senso comum, o desenvolvimento é normalmente confundido com o desenvolvimento científico e tecnológico das forças produtivas capitalistas: as máquinas, os inventos, as descobertas científicas e tecnológicas. Tudo isto é associado à melhoria das condições materiais de vida. Assim, uma sociedade é considerada desenvolvida quando ela é muito avançada tecnologicamente. As outras palavras que normalmente se somam à noção de desenvolvimento são industrialismo/industrialização, produtivismo/produção, progresso, etc.

Esta visão é em parte verdadeira porque, de fato, uma sociedade que consegue realizar muitas descobertas científicas pode “em tese” melhorar as condições de vida da população. Situado em um mundo capitalista, no entanto, o avanço científico e tecnológico só se realiza para aqueles que o podem comprar. Assim sendo, parcelas enormes da população continuam excluídas disto que muitos consideram o “desenvolvimento”.

Mas e se todos os frutos de desenvolvimento científico e tecnológico fossem igualmente distribuídos, então teríamos um real desenvolvimento? Não, ainda assim, haveria muitas contradições em relação a esta noção. O século XX nos mostrou que uma certa faceta do desenvolvimento (a idéia de produtivismo, por exemplo) coloca para a humanidade um outro conjunto de contradições, isto é, aquelas que dizem respeito à relação homem-natureza. Neste trabalho, não será possível aprofundar este debate, mas genericamente pode-se afirmar que a própria forma de exploração dos recursos naturais ao ser pautada pela lógica do lucro capitalista é também incompatível com um desenvolvimento real que signifique a melhoria das condições materiais e subjetivas de vida dos trabalhadores. O que falar da poluição de rios, mares e ar? Da extinção de espécies vegetais e animais? Da expulsão de milhares de trabalhadores das suas terras e modos de vida para a produção capitalista em larga escala (produção de alimentos em escala industrial ou agronegócio; barragens para produção de energia que abasteça cidades e indústrias; etc)?

Enfim, uma noção que aparentemente é tão consensual e universal, carrega dentro de si um conjunto de contradições e relações sociais de dominação. Portanto, é necessário fazer o esforço de conhecer as suas teorizações para poder construir novas e alternativas conceituações e práticas sobre ela. Iniciaremos pelas visões marxistas do desenvolvimento. Em seguida, discutiremos brevemente o debate teórico-político sobre o desenvolvimento na América Latina, levando em conta as teorias produzidas, bem como a conjuntura histórica de sua produção.

Como o marxismo tratou o problema do desenvolvimento?

O desenvolvimento aparece na obra de Marx, na maioria das vezes, associado à idéia de estágios de desenvolvimento, isto é, de um grande modelo histórico pelo qual as sociedades estavam fadadas a passar. Marx e Engels herdaram esta idéia dos estágios do desenvolvimento do pensamento do século XVIII sobre os quatro “modos de subsistência” (caça, pastoreio, agricultura e comércio) considerados habitualmente como uma única seqüência. O primeiro esboço que os autores fizeram nesse sentido, em *A ideologia alemã* (MARX e ENGELS, 1989), era bastante simples. Limitava-se à história européia e assinalava quatro épocas: comunal ou tribal primitiva; era clássica ou antiga, baseada na escravidão; época feudal; e por fim, a capitalista. No “Prefácio” à sua *Contribuição à crítica da economia política*, publicada em 1859, Marx continua neste mesmo caminho dando à primeira época o nome de “asiática”. Em seus textos sobre o colonialismo, Marx também apontava um caminho para as outras sociedades (não-européias) no sentido de cumprir com os estágios do desenvolvimento. É assim que ele vai saudar fortemente o domínio colonial inglês na Índia, afirmando que a Inglaterra cumpria uma missão histórica progressista, pois “*a indústria e o comércio burgueses criam as condições para um novo mundo*”².

No entanto, em suas *Formações econômicas pré-capitalistas* (MARX, 1981), ele buscava identificar todos os tipos possíveis de sistemas produtivos, sem se preocupar em dispô-los em ordem ou explicar como um foi substituído pelo outro. No final de sua vida, em troca de correspondências sobre esta questão, Marx discutia a respeito da possibilidade de avanço direto do comunismo primitivo (que ele identificava na comuna russa) para a superação do capitalismo, isto é, o socialismo. E, mesmo nos ufanistas textos sobre o domínio britânico na Índia, algumas contradições (ou dúvidas sobre o caráter progressista da civilização burguesa) aparecem, como se pode perceber na seguinte passagem: “*a miséria infligida pelos ingleses no Hindustão é essencialmente diferente e de uma espécie infinitamente mais intensa que tudo que este Hindustão tinha podido sofrer antes*”³.

² MARX, apud LÖWY, 2000, p.78.

³ MARX, apud LÖWY, 2000, p.78.

Desta forma (e o número de exemplos a este respeito que podem ser recolhidos da obra de Marx é quase infinito), vê-se que há na obra de Marx uma tensão na análise sobre o desenvolvimento e o progresso⁴. É verdade também que o espaço dedicado ao raciocínio teleológico e eurocêntrico deste debate é maior e mais central na sua obra. Isto, no entanto, não poderia ser muito diferente, sendo Marx um pensador de seu tempo, profundamente influenciado pela crença na razão e na ciência, enfim, nas bases da civilização moderna, burguesa, européia.

Este pensamento “progressista” de caráter determinista e eurocêntrico – que já dissemos não é o único, mas o predominante na obra de Marx – serviu de base para a doutrina dita “marxista ortodoxa”, com sua concepção determinista do socialismo como resultado inevitável do desenvolvimento das forças produtivas (em contradição crescente com as relações capitalistas de produção). Ele permitiu também o surgimento de teorias “marxistas” justificando a aliança dos comunistas com a burguesia nacional para realizar as tarefas da revolução democrático-burguesa, o que impediu uma real organização dos trabalhadores na maioria dos países da periferia do capitalismo. Por fim, este raciocínio pôde ser utilizado pelo produtivismo stalinista que fazia do “desenvolvimento das forças produtivas” o critério de “construção do socialismo” na experiência soviética e em boa parte do Leste Europeu.

Mas, apesar de no marxismo do século XX (tanto na Segunda Internacional quanto na Terceira) ter predominado a versão determinista e economicista do desenvolvimento, encontra-se também uma corrente dissidente. Não sendo este debate o foco central deste artigo, nos ateremos a apenas alguns exemplos.

A primeira crítica surgiu com Rosa Luxemburg que, com sua famosa fórmula, “socialismo ou barbárie”, rompeu com a teleologia determinista e afirmou o fator contingente do processo histórico. Esta afirmação tornava possível uma teoria da história que reconhecia o lugar do fator “subjetivo”, isto é, da construção da classe enquanto sujeito da história. Para Rosa, a consciência dos oprimidos e sua organização revolucionária não são fatores acelerando ou retardando o progresso histórico, cujo destino já está pré-determinado pela “contradição entre as forças produtivas e relações de produção”. Pelo contrário, a construção

⁴ Michael Löwy identifica uma *dialética do progresso* em Marx. Pois ao lado do determinismo econômico e da crença na sociedade capitalista como portadora do desenvolvimento, algumas partes da obra de Marx afirmam que o progresso econômico capitalista vem acompanhado de calamidades sociais, e que a produção capitalista agride os seres humanos e a natureza. (LÖWY, 2000)

do sujeito coletivo é a força decisiva para a solução de uma crise capitalista rumo à emancipação ou à barbárie. Vale ressaltar que a barbárie não é no pensamento de Rosa uma “regressão” às etapas anteriores do desenvolvimento, mas sim uma barbárie moderna⁵.

Outro importante crítico da ideologia do progresso foi Walter Benjamin. Para ele, a revolução não é “inevitável” e muito menos determinada pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Pelo contrário, ela deveria ser uma interrupção do progresso nocivo, cujo indicador mais gritante era o aperfeiçoamento das técnicas militares. Benjamin acredita que a sociedade sem classes deveria necessariamente acabar também com a exploração do homem sobre a natureza, substituindo as formas destruidoras de tecnologia por novas modalidades de trabalho. Depois de Benjamin, outros representantes da Escola de Frankfurt realizaram críticas contundentes não apenas do modo de produção capitalista mas da civilização burguesa como um todo e desconstruíram pela esquerda a fé a-crítica na razão e na ciência moderna⁶.

Por fim, antes de passar a análise do problema do desenvolvimento no contexto da América Latina, é necessário apontar breves considerações sobre este tema na obra do mais importante dos marxistas do século XX: Lênin. Seu pensamento não conseguiu se libertar da pesada herança do progressismo e do produtivismo⁷, mas em algumas questões-chave ele

⁵ Sobre a análise de Rosa, ver: LUXEMBURG, 1974 e GERAS, 1978.

⁶ Ver Benjamin, *Teses sobre o conceito de história*, em LÖWY, 2005. Ver também: ADORNO e HORKHEIMER, 1985 e MARCUSE, 1968.

⁷ A visão de Lênin sobre o progresso é tributária da crença marxista na ciência e na técnica modernas. Alguns escritos de Lênin sobre o processo produtivo colocam às claras esta herança. Em *As tarefas imediatas do poder dos soviets* (publicado em abril de 1918), Lênin trabalha duas idéias. De um lado, a necessidade de retirar das massas a atitude passiva frente ao Estado e aos dirigentes da economia, o que significa transferir para os trabalhadores os conhecimentos necessários à gestão das atividades políticas e econômicas. De outro lado, a necessidade de incentivar nos trabalhadores uma atitude de submissão face aos técnicos e dirigentes do processo de trabalho. Neste segundo aspecto, o pensamento de Lênin bebe fortemente no taylorismo (que neste momento estava no auge enquanto sistema de racionalização do processo de trabalho industrial capitalista), visto que a organização “técnica” do processo de trabalho deveria ter por base a concentração da autoridade e a submissão das massas a uma direção do processo de trabalho que lhe era “exterior”. Assim, a técnica assume um lugar neutro, fora e acima das lutas políticas e econômicas: “(...) o sistema Taylor alia a crueldade sofisticada da exploração burguesa às conquistas científicas mais preciosas (...). A República dos soviets deve fazer suas, custe o que custar, as conquistas mais preciosas da ciência e da técnica neste domínio. Poderemos realizar o socialismo justamente na medida em que tenhamos conseguido combinar o poder dos soviets e o sistema soviético de gestão com os mais recentes progressos do capitalismo. (...) O que há de negativo no sistema de Taylor é que ele era aplicado no quadro da escravidão capitalista (...)”. (Lênin, *As tarefas imediatas...*, citado em LINHART, 1983, pp. 107 e 108).

Em seu discurso no *VIII Congresso dos Soviets de Toda a Rússia* (em dezembro de 1920), Lênin debate o desenvolvimento a partir de um viés tecnicista como demonstra o clássico trecho a seguir: “(...) pode a Rússia, do ponto de vista econômico, voltar ao capitalismo? (...) enquanto vivermos num país de pequenos camponeses, haverá na Rússia base econômica mais sólida para o capitalismo do que para o comunismo. (...) não extirpamos

contribuiu de forma significativa para uma visão crítica do desenvolvimento. Em sua teoria do imperialismo, Lênin concebe a expansão mundial não como um processo benéfico de desenvolvimento das forças produtivas, mas sim como uma intensificação das formas brutais de dominação sobre os países coloniais ou semi-coloniais.

Lênin também trabalhou uma idéia fundamental na compreensão do capitalismo, a idéia de “desenvolvimento desigual”. Em sentido amplo, significa que as sociedades desenvolvem-se segundo ritmos diferentes, de tal modo que algumas começam com uma vantagem sobre as outras podendo aumentar essa vantagem, ao passo que, em outras situações, por força dessas mesmas diferenças de ritmo, as que haviam ficado para trás podem alcançar e ultrapassar as que dispunham de vantagem. No capitalismo, é principalmente a possibilidade de alcançar os competidores no uso de técnicas de produção e organização do trabalho, que determina o ritmo de desenvolvimento das empresas e dos países.

[...] o desenvolvimento desigual e a sub-alimentação das massas são as condições básicas, inevitáveis, do modo de produção capitalista. Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação dos níveis de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas sim ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados. Nestes países atrasados o lucro é em geral elevado (...). A possibilidade de exportação de capitais é determinada pelo fato de uma série de países atrasados terem sido já incorporados na circulação do capitalismo mundial [...]. (Lênin, *O imperialismo fase superior do capitalismo*, In: LENIN, 1980, p. 621-622)⁸

Desta forma, seu pensamento se difere de muitas das interpretações marxistas que apontavam os benefícios da colonização e mesmo a necessidade de todas as sociedades passarem por todas as etapas do desenvolvimento.

Na América Latina como foi pensado o desenvolvimento?

as raízes do capitalismo nem minamos os fundamentos, a base, do inimigo interno. Este último mantém-se na pequena economia e para o minar só há um meio: passar a economia do país, incluindo a agricultura, para uma nova base técnica, a base técnica da grande produção moderna. Essa fase só pode ser a eletricidade. O comunismo é o Poder Soviético mais a eletricificação de todo o país”. (Lênin, *Discurso no VIII Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia*, em LENIN, 1980, p. 429, grifo no original)

⁸ Registre-se que entre outras análises brilhantes e atualíssimas, em *O Imperialismo...* encontra-se um especial destaque para a indústria elétrica e a tendência a concentração deste setor que atualmente é controlado por alguns grandes grupos (os mesmos que Lenin apresenta), tais como, General Electric e Siemens. (pp.625-629)

As diferenças históricas entre os países da América Latina indicam que é muito difícil falar no continente como uma unidade homogênea. No entanto, há um traço bastante forte e comum à maioria dos países de nosso continente. A história da formação econômica e política da América Latina esteve condicionada todo o tempo pela forma como se processou sua inserção econômica e política na divisão internacional do trabalho desde os tempos da colônia até hoje. Isto é, mesmo com especificidades internas, os países da América Latina têm um conjunto de características em comum muito forte que foi designado de formas diferentes por várias escolas do pensamento econômico e político: subdesenvolvimento, dependência, integração subordinada, etc. Foi, então, na relação entre a América Latina, de um lado, e os países centrais (ou metrópoles) do capitalismo, de outro, que se configurou a própria estrutura econômica de nossos países. Toda a discussão a respeito do desenvolvimento latino-americano acabou pautada por um enfoque econômico que buscava alterar a posição do continente na estrutura do capitalismo internacional.

A principal mudança deste quadro ocorreu após (e em função) da crise de 1929. Esta crise de especulação financeira provocou grandes mudanças na economia mundial. Nos países do centro do capitalismo, houve a construção do Estado de Bem-Estar Social. Este estava baseado nas análises do economista J. M. Keynes a respeito da necessidade do Estado dar respostas aos desequilíbrios da economia. Na periferia, também apareceram mudanças neste sentido.

A brecha aberta, por um lado, pelo keynesianismo nos países centrais (que agregava ao pensamento econômico um forte conteúdo político e destacava o papel do Estado) e, por outro, pela própria realidade européia do pós-guerra que forçou os países do capitalismo central a se fecharem em si mesmos e reconstruírem suas economias, propiciou uma conjuntura muito favorável ao desenvolvimento de teorias e políticas econômicas nativas para a América Latina. Neste momento aparece uma grande novidade, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e seus estudos e proposições de cunho econômico-político-ideológico.

1.2.1. A teoria do desenvolvimento econômico da CEPAL

A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe da Organização das Nações Unidas) foi criada em 1949, na esteira do conjunto de instituições geradas após a II Guerra Mundial. Estas instituições (Fundo Monetário Internacional – FMI -, Banco Mundial – BIRD) compunham o chamado Novo Sistema Monetário Internacional.

Esta escola de pensamento econômico, a CEPAL, se tornou uma referência imprescindível na discussão sobre o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos. Com suas idéias originais formuladas pelo economista argentino Raul Prebisch, tinha o objetivo de coordenar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico dos países da América Latina e, posteriormente, do Caribe. Embora apresente várias correntes, esse pensamento apresenta um conjunto de conceitos-chave e hipóteses que constitui o núcleo do chamado pensamento cepalino.

O estudo de Prebisch, *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas*, de 1949, é o ponto de partida da CEPAL. O contexto histórico do momento desta formulação teórica foi marcado pela obstrução do comércio e do fluxo internacional de capital e de mão-de-obra (migrações) provocada por duas guerras mundiais e pela crise financeira de 1929. As economias dos países latino-americanos encontravam-se transitando, às vezes de modo involuntário, de um modelo econômico primário-exportador voltado para o mercado externo, em direção a um modelo urbano-industrial, voltado para o mercado interno. As idéias da CEPAL buscavam formar um corpo analítico específico, aplicável às condições históricas próprias da periferia latino-americana, o qual encerra o “princípio normativo” de que o Estado deve contribuir para o ordenamento do desenvolvimento econômico desses países.

Celso Furtado, um dos representantes brasileiros na escola cepalina, afirma que seu pensamento (e o da CEPAL, em geral) é bastante eclético. No prefácio de *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (FURTADO, 1961) ele diz que está buscando uma síntese de diferentes pensamentos econômicos, a saber: o rigor metodológico neoclássico; a melhor compreensão do Estado, a keynesiana; e a atitude crítica do marxismo.

O método da CEPAL é o estruturalismo – análise da inserção internacional e dos condicionantes internos (as estruturas) das economias nacionais, a partir de uma concepção

que opõe economias “centrais” e “periféricas”, na qual as estruturas subdesenvolvidas da periferia latino-americana condicionam comportamentos específicos. O conceito fundamental da teoria da CEPAL, a partir do qual emanarão outros, é, portanto, o de “centro-periferia”.

Prebisch pretendia mostrar que a difusão do progresso técnico e a distribuição de seus ganhos na economia mundial aconteciam de forma desigual. No centro, a difusão do progresso técnico teria sido mais rápida e homogênea, atingindo a produtividade de todos os setores da economia, já na periferia, o progresso técnico só teria atingido setores ligados à exportação de insumos ao centro, formando economias duais, isto é, ilhas de produtividade em meio ao atraso do restante do sistema produtivo. Em outras palavras, centros se caracterizariam pelos países que possuíam uma tecnologia homogênea e diversificada, enquanto periferia estaria enfocada no desenvolvimento tecnológico heterogêneo e especializado.

Dessa relação entre processos produtivos desiguais, nasce, através das relações internacionais, uma eminente tendência ao intercâmbio desigual em benefício das economias centrais, a partir da subordinação dos produtos, e preços da periferia aos preços dos produtos das economias mais avançadas que, com seus domínios têm as condições concretas de instituir o jogo da troca no comércio internacional. Este intercâmbio desigual, por sua vez, evidencia uma tendência à deterioração dos termos de troca. Ou seja, tendência à diminuição do poder de negociação da periferia no comércio internacional, em contraposição ao domínio das economias centrais.

Para Prebisch, a periferia não somente deixou de compartilhar com os centros industriais os benefícios provenientes da intensificação do progresso técnico nestes últimos, como também se viu obrigada a ceder-lhes uma parte dos benefícios de seu próprio progresso, sob pressão constante do excedente real ou virtual de sua população economicamente ativa⁹. Esse elemento é absolutamente funcional para ampliar as diferenças entre o poder – econômico, político, militar e ideológico – das nações centrais com relação às periféricas, uma vez que institui reais mecanismos de dependência e subordinação ao jogo da reprodução ampliada do capital no âmbito mundial.

Para estancar o processo de deterioração dos termos de troca, Prebisch defendia a industrialização das economias periféricas por meio de políticas protecionistas, baseadas na

⁹ Ver: GARZA, 1994.

figura central do Estado planejador, executor, desenvolvimentista. Mesmo que a eficiência da produção industrial da periferia fosse menor, ainda assim seria superior à resultante dos investimentos no setor primário, que permitiria ganhos de bem-estar. Porém, o processo de industrialização seria acompanhado de desequilíbrios estruturais do balanço de pagamentos, em virtude de novas demandas de bens de capital por parte dos países periféricos.

De alguma forma, o pensamento da CEPAL era bastante inovador para a sua época, na medida em que buscava dar conta da *formação econômica específica* da América Latina e suas particularidades nas relações econômicas internacionais. Muitas teorias anteriores, e até posteriores ao pensamento cepalino, afirmam que nossa situação econômica é apenas uma etapa do processo de desenvolvimento¹⁰, isto é, que todas as sociedades passam necessariamente por etapas do desenvolvimento e o que as especifica é o estágio onde estão. Para a CEPAL, ao contrário, nossa condição (o subdesenvolvimento) é específica do modo de dominação do capital no âmbito mundial a partir da materialização do jogo de instituição do poder via o colonialismo. Para Furtado, por exemplo, o subdesenvolvimento se funda junto com o desenvolvimento e não como uma etapa anterior.

Para a CEPAL, a principal característica do subdesenvolvimento é ser dual/descontínuo e o desenvolvimento é homogêneo/contínuo. Como veremos a seguir, no mesmo período os marxistas discutiam se o Brasil era feudal ou capitalista, para os cepalinos não há esta dúvida, há uma hibridação.

Mas, apesar desta importante inovação que o pensamento da CEPAL traz, ele é muito limitado do ponto de vista do pensamento crítico. Não há nada que se aproxime de um pensamento que aponte para a superação das contradições capital-trabalho, e sim um modelo de planificação do Estado para resolver os problemas do capitalismo da periferia.

1.2.2. O desenvolvimento no pensamento da esquerda latino-americana

No mesmo período de produção da teoria do desenvolvimento da CEPAL, um outro pensamento desenvolvimentista dominou a América Latina, se bem que por caminhos

¹⁰ Este pensamento aparece em sua vertente de esquerda conforme vimos na análise sobre o conceito de desenvolvimento no pensamento marxista. No entanto, há também no pensamento econômico neoclássico da época uma teoria que embasava o pensamento conservador, e não apenas aqueles sob influência do marxismo, em análises semelhantes. Trata-se da teoria do economista americano Walt Rostow em seu livro *As etapas do crescimento econômico: um manifesto não-comunista*.

bastante diferentes. Era o pensamento marxista (ligado principalmente aos Partidos Comunistas) que, também procurando “a nossa especificidade”, discutia se éramos ainda feudais ou já havíamos chegado ao estágio capitalista.

Para os marxistas, esta é uma discussão que se coloca sempre que a questão da revolução socialista aparece em um ambiente de capitalismo periférico, dependente ou pré-capitalista (como diferentes vertentes o nomeiam). Isto é, qual a possibilidade de se chegar ao socialismo sem passar pelo capitalismo? Tudo isso porque a visão mecanicista e determinista das etapas do desenvolvimento foi dominante no marxismo durante todo o século XX.

Em todos os países da América Latina nesta época (anos 1950 e 1960), prevaleceu a linha dogmática e pragmática do Partido Comunista soviético. Esta linha vem das discussões e deliberações do IV Congresso da Internacional Comunista, em 1928. Segundo esta visão, havia a necessidade de realizar uma “revolução democrático-burguesa”, que aliaría os setores populares e a burguesia nacional na luta contra o imperialismo e o latifúndio.

Este deveria ser o caminho para a superação das estruturas pré-capitalistas para que depois, em uma outra etapa, fosse superado o capitalismo. Desta forma, havia uma idéia implícita de que as forças produtivas deveriam ser levadas ao extremo, de que era preciso desenvolvê-las para superar o atraso de nossos países. A pergunta era: como a revolução socialista ia ser feita se não tínhamos nem proletariado constituído como organização, consciência e luta de classe? Era preciso ter indústrias, era preciso ter capitalismo (e toda a infra-estrutura que ele necessita para se desenvolver) para então superá-lo.

Quase todos os autores da esquerda, validando ou criticando, tinham que se referir a esta pauta. Para estar no campo, era preciso discutir com estas categorias, mesmo que para negá-las. Alberto Passos Guimarães (GUIMARÃES, 1977), por exemplo, vai trabalhar com estas categorias afirmando-as, enquanto Caio Prado Jr vai discordar da categoria feudalismo e de muitas outras, inclusive questionando a forma da revolução brasileira, isto é questionando se era necessária a tal revolução democrática-burguesa (PRADO Jr., 1966).

De toda forma, este foi um debate que marcou várias gerações e que trouxe muitas contribuições, na medida em que os modelos obrigatórios soviéticos tinham que ser adaptados/ambientados na nossa realidade. Embora Prado Jr acuse os seus opositores no debate de simplesmente transportar categorias, houve algum esforço para atualizar/reinterpretar os modelos à luz da realidade brasileira. O que é mais interessante na

comparação entre estes dois autores (que aqui representam o debate que se travava no período) é que, colocados diante do mesmo fato, os dois dão respostas completamente diferentes e contrárias.

No caso da análise sobre o “latifúndio escravista”, Prado Jr. vai mostrar como o mesmo era mercantil e, portanto não-feudal. Já Guimarães vai dizer que o latifúndio era sim feudal e que, na ausência de servos da gleba, usou-se a mão de obra escrava. O mesmo se dá na análise sobre a “parceria”. Os adeptos da teoria feudalista vão dizer que a parceria é uma forma de renda-trabalho, semelhante à corvêia dos servos da gleba. Na perspectiva de Prado Jr., o parceiro é um trabalhador livre que recebe a remuneração sob a forma de produtos, isto é, salário *in natura*. Ambos estão fazendo uma “análise das relações de produção”, como mandava o “manual” soviético, mas à procura de uma prova para sua tese. Por isso, a mesma relação é lida de forma tão contrária.

1.2.3. Convergências entre a CEPAL e o marxismo latino-americano

Há algumas questões que aproximam o pensamento cepalino do pensamento marxista dominante naquele período. A primeira delas é uma certa denúncia (em maior grau nos marxistas, mas também em alguns autores da CEPAL) do imperialismo, ou melhor, da ação dos países capitalistas centrais na conformação/formatação de nossa economia e sociedade. Nos cepalinos, isso se manifesta através da defesa do “desenvolvimento para dentro”, no modelo de industrialização substitutiva de importações. Nos marxistas aparece como denúncia explícita do imperialismo (principalmente norte-americano, mas, ainda, também inglês). Os dois pensamentos vêem o “agente externo” como inibidor/impedidor do nosso desenvolvimento econômico.

Há também uma convergência no que diz respeito à análise das estruturas agrárias como sendo o “atraso” das nossas sociedades. Os cepalinos, preocupados com o processo de industrialização/desenvolvimento, obviamente identificam o latifúndio exportador como um dos fatores fundamentais da estrutura dual da nossa sociedade, exatamente a esfera subdesenvolvida. De forma muito parecida, também os marxistas vêem no latifúndio o sinal do atraso que deve ser superado, pois é a prova mais clara de nosso pré-capitalismo ou feudalismo.

Por fim, as duas “escolas” se aproximam na defesa incontestada do desenvolvimento. Estas duas linhas teóricas apresentadas querem o desenvolvimento das forças produtivas, querem a industrialização. É verdade que os comunistas latino-americanos sempre indicavam, ao final de seus textos, que deveria então, no futuro, ocorrer a revolução socialista, mas não sem antes chegarmos a um autêntico capitalismo!

2. IDEOLOGIA: De que forma e em que medida as teorias sobre o desenvolvimento engendraram uma ideologia desenvolvimentista na América Latina?

Assim como fizemos para o conceito de desenvolvimento, também iniciaremos o debate sobre a transformação da teoria do desenvolvimento em ideologia desenvolvimentista na América Latina, por uma aproximação ao conceito de ideologia.

No apogeu neoliberal (com o fim do “socialismo real” e a queda do muro de Berlim) houve quem apressadamente anunciasse o fim das ideologias (e mesmo o fim da história!). Era exatamente um momento de vitória do capitalismo sobre os seus críticos e a última década do século XX assistiu a um reino quase total do chamado “pensamento único”. No entanto, as forças da transformação foram reorganizadas e assistiu-se, nos primeiros anos do século XXI, a gigantescas manifestações contra a chamada globalização neoliberal em Seattle, Praga, Gênova, Porto Alegre, Cancun, Washington e tantas outras até hoje. Assim, não é mais possível falar em fim das ideologias e sim em distintos projetos, protagonizados por distintos grupos sociais.

Tanto no senso comum quanto nas teorias acadêmicas e políticas, o conceito de ideologia é bastante polêmico. Em geral, há um sentido negativo associado ao conceito. A ideologia é vista como algo que atrapalha o funcionamento racional, harmônico (e quase natural) das forças do mercado. A ideologia é vista como algo do campo da política, que, por sua vez, é visto como “negativo”. Enquanto a economia é neutra e racional, a política é ideológica, passional, sustentam alguns reducionistas.

Por outro lado, há quem acredite que a ideologia é um elemento importante na explicação dos jogos de dominação entre grupos distintos, com interesses e projetos delimitados a partir de suas pretensões de classe. Para este grupo, a ideologia está associada a uma espécie de visão de mundo que seria necessária para a participação política dos

indivíduos na sociedade. A ideologia, para os que a lêem desta forma, é um projeto coletivo, um conjunto de valores compartilhados.

Veremos a seguir que estas duas visões contraditórias a respeito do conceito de ideologia têm suas bases no pensamento do próprio Marx e diferentes defensores no marxismo do século XX. E posteriormente, a partir de uma escolha metodológica dentro desta polêmica sobre o conceito de ideologia, debateremos a construção de uma ideologia desenvolvimentista na América Latina.

2.1. Como o marxismo tratou a questão da ideologia?

Em seus primeiros escritos sobre o tema, Marx e Engels trataram o conceito de ideologia como uma distorção do pensamento que nasce das contradições sociais e as oculta. Em consequência disso, desde o início, a noção de ideologia apresenta uma conotação negativa e crítica: a ideologia como falsa consciência.

Ao contrário de outros autores de sua época¹¹, Marx afirmava que os verdadeiros problemas da humanidade não são as idéias errôneas, mas sim as contradições reais e que aquelas são consequência destas. Para ele, exatamente porque os homens são incapazes de resolver as contradições na prática, acabam projetando-as nas formas ideológicas de consciência, as quais ocultam ou disfarçam a existência e o caráter destas contradições. Ao ocultá-las, a distorção ideológica contribui para sua reprodução e, portanto serve ao interesse da classe dominante. A superação das ideologias não poderia ocorrer, então, apenas pela sua crítica, mas pela superação das contradições que lhes deram origem.

Pouco depois da morte de Marx, o conceito de ideologia começou a adquirir um novo significado. A princípio não perdeu sua conotação crítica, mas este aspecto acabou sendo colocado em segundo plano. Os novos significados tomaram duas formas: uma concepção de ideologia como a totalidade das formas de consciência social, que passou a ser expressa pelo conceito de superestrutura; e uma segunda concepção que caracterizava a ideologia como as idéias políticas relacionadas como o interesse de uma classe¹².

¹¹ Ver o debate de Marx com os jovens hegelianos em *A ideologia alemã* (MARX e ENGELS, 1989).

¹² A análise que se segue sobre as causas do deslocamento do conteúdo do conceito de ideologia no marxismo está baseada no verbete sobre o assunto do *Dicionário do Pensamento Marxista* (BOTTOMORE, 2001).

Esse deslocamento do conceito ocorreu, em parte, porque uma concepção neutra de ideologia aparece em certas formulações de Marx e Engels. Gramsci, por exemplo, cita o trecho do “Prefácio” de 1859 no qual Marx se refere às formas jurídicas, políticas e filosóficas – “em suma, formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência desse conflito e o solucionam pela luta” – em apoio à sua concepção de ideologia como a esfera superestrutural¹³. Engels por sua vez refere-se em algumas passagens do *Anti-Dühring* (ENGELS, 1979) à “superestrutura ideológica”, às “esferas ideológicas” e ao “domínio ideológico” com uma generalidade que é possível acreditar que a ideologia abrange a totalidade das formas de consciência.

Outro importante fator que contribui para essa mudança na concepção do conceito de ideologia é o fato de que as duas primeiras gerações de pensadores marxistas posteriores a Marx não tiveram acesso ao texto de *A ideologia alemã*, que permaneceu inédito até a década de 1920. Assim, Plekhanov, Kautsky, Lênin, Gramsci e Lukács (nos seus primeiros escritos) não estavam familiarizados com a argumentação mais forte de Marx e Engels em favor de um conceito negativo de ideologia. Estes autores utilizavam, para a discussão do conceito, os textos do “Prefácio” e do *Anti-Dühring*.

Mas a principal causa da evolução do conceito de ideologia está nas lutas políticas do final do século XIX e começo do século XX. O marxismo é empurrado, neste momento, a criar uma teoria da prática e as idéias políticas das classes em conflito adquirem uma nova importância, precisando ser explicadas teoricamente. Lênin respondeu a isso ampliando o conceito de ideologia. Para ele, a ideologia é a consciência política ligada aos interesses de cada classe e, em particular, ele dirige sua atenção para a oposição entre a ideologia burguesa e a ideologia socialista. Em Lênin, a ideologia já não é mais, portanto, uma distorção necessária que oculta as contradições, mas sim um conceito neutro relativo à consciência política das classes, inclusive da classe proletária. A partir daí, a concepção de ideologia de Lênin passou a ser decisiva no debate marxista sobre o conceito.

Uma das contribuições mais importantes no aprofundamento do conceito proposto por Lênin foi a de Gramsci. Para ele, a ideologia é uma concepção de mundo manifesta na arte, no direito, na atividade econômica e em todas as manifestações da vida coletiva. Mas a ideologia é mais do que um sistema de idéias, ela também está relacionada com a capacidade de inspirar

¹³ Ver *Os intelectuais e a organização da cultura* (GRAMSCI, 1986).

atitudes concretas e proporcionar orientação para a ação. É na ideologia e através dela que uma classe pode exercer hegemonia sobre as outras, isto é, pode assegurar a adesão e o consentimento das grandes massas. Neste sentido, existe uma ideologia dominante (da classe dominante) e a classe trabalhadora para se constituir enquanto classe capaz de disputar hegemonia na sociedade deve desenvolver sua própria ideologia.

Gramsci desenvolveu ainda uma idéia muito importante no que diz respeito ao papel dos intelectuais na produção da ideologia. Para ele, é certo que a ideologia socialista é desenvolvida pelos intelectuais (como afirmava Lênin), mas não pode haver uma distinção absoluta entre intelectuais e não-intelectuais, e, o que é mais importante, a própria classe trabalhadora cria seus intelectuais orgânicos. Não se coloca, portanto, a questão de uma ciência vinda de fora que é preciso introduzir na consciência dos trabalhadores; ao contrário, a tarefa é renovar e tornar crítica uma atividade intelectual já existente. A ideologia socialista não substitui uma consciência deficiente, mas sim expressa uma vontade coletiva, uma orientação histórica presente na classe.

Assim, a ideologia evidencia os interesses de cada classe e o jogo que permite uma dominar subordinando a outra em cada momento histórico. Neste sentido, como idéia e prática política fundamental na sociedade capitalista, o *desenvolvimento* tem historicamente servido a dominação capitalista. Desta forma, a substituição de uma ideologia burguesa pela ideologia socialista (dos trabalhadores) precisa necessariamente do questionamento sobre a idéia/ prática do desenvolvimento.

Partindo da proposição de Gramsci sobre o papel ativo dos intelectuais na formação das ideologias das classes, analisaremos, em seguida, a construção daquilo que neste texto chamamos de *ideologia desenvolvimentista*, destacando o papel que esta ideologia teve (e tem) na dominação de classe na América Latina. E, na parte final deste trabalho, pensaremos também sob a luz deste instrumental metodológico a respeito das possibilidades de construção de uma nova ideologia, de uma ideologia dos trabalhadores, de um projeto de classe que possa disputar hegemonia em nosso continente saindo da encruzilhada que a burguesia nos colocou com a ideologia desenvolvimentista.

2.2. Como se formou uma ideologia desenvolvimentista na América Latina?

A teoria do desenvolvimento teve muita repercussão na América Latina e no Brasil, especificamente, porque, quando de suas primeiras formulações, ela se inseriu num debate mais amplo dos ambientes acadêmicos que buscavam responder a uma pergunta, a saber: **qual é a nossa especificidade?** Esta pergunta já era central há algum tempo nos debates políticos e acadêmicos. No Brasil, por exemplo, no período dos ensaístas como Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda, o debate centrava-se nos aspectos culturais e sociais.¹⁴

No campo artístico, também havia esforços de “fundação” da nação. O principal deles foi o modernismo inaugurado com a Semana de Arte Moderna de 1922. Era um movimento que se propunha, através das artes, a reinventar o Brasil. O fato da Semana de 1922 ter ocorrido em São Paulo, não foi ao acaso. Neste momento, a metrópole paulista começava a dar os primeiros sinais de “locomotiva nacional” com o crescimento rápido da indústria. Assim, o modernismo é expressão da modernização operada no Brasil a partir da década de 1920.

Depois da II Guerra Mundial o debate sobre a nacionalidade/identidade nacional foi deslocado para o campo da economia, aparecendo, neste contexto, a teoria do desenvolvimento. Ela é o esforço teórico de explicação e, ao mesmo tempo, uma proposição de políticas para a industrialização e a formação de uma burguesia nacional. Por tudo isso, a **teoria do desenvolvimento se funda junto com a própria identidade nacional** em muitos países latino-americanos e, particularmente, no Brasil.

A burguesia, ao longo de toda a segunda metade do século XX, investiu em inculcar, no conjunto da sociedade brasileira, a idéia de que a o desenvolvimento nacional era necessário e desejado. Tanto nas suas versões mais democráticas (o governo JK com a construção de Brasília, os 50 anos em 5 e o Plano de Metas é o exemplo mais bem acabado), quanto nas duas ditaduras (Estado Novo e depois os militares), o governo burguês trabalhou no imaginário social brasileiro a idéia do “nacional-desenvolvimentismo”. É verdade que não foi uma idéia unitária, e teve sim um conjunto grande de matizes no que diz respeito às políticas econômicas adotadas por cada um dos governos. Mas, ao menos até a década de

¹⁴ Os clássicos *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freire e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque são ótimos exemplos.

1980, a busca do “desenvolvimento nacional” foi uma das idéias mais fortes de coesão social em nosso país.

Se retornarmos ao conceito de Gramsci da ideologia como o lugar de produção das idéias e valores que asseguram a hegemonia de uma classe sobre as outras, podemos então afirmar que o nacional-desenvolvimentismo (filho das teorias do desenvolvimento) foi uma das mais fortes ideologias de que a burguesia nacional latino-americana fez uso para assegurar sua dominação prática em todos os planos. Ao apresentar um interesse de classe como interesse geral, a burguesia foi vitoriosa na construção de sua hegemonia, especialmente quando, para isto, tinha o Estado em suas mãos como representante do progresso, dos interesses de “todos”. E estes interesses foram traduzidos em arte, em teoria social, em políticas públicas, em todas as esferas da produção ideológica e, portanto, tiveram eficiência total. Por outro lado, como vimos, os intelectuais que poderiam estar construindo a ideologia socialista com e para a classe trabalhadora, não conseguiram sair da agenda que a própria burguesia pautava.

A partir dos anos 1990, há um declínio do nacional-desenvolvimentismo por conta da hegemonia da agenda neoliberal. Na fase neoliberal do capitalismo, as empresas se localizam onde existem menos tributos, mão de obra mais barata, menos sindicatos, etc. O que constitui um imenso retrocesso para as lutas dos trabalhadores.

Além disso, o centro interno de decisão do sistema econômico nacional está fortemente enfraquecido pela abertura comercial e desregulamentação e flexibilização da movimentação financeira. Não é mais a institucionalidade anterior que dá conta do planejamento da economia. Ocorre o enfraquecimento do Estado através da liberalização do comércio, desregulamentação do movimento do capital e os próprios Estados assumem o papel de conduzir as “reformas” necessárias à globalização que inclui o abrir mão do seu direito de planejar a economia.

Assim, estamos hoje no momento de hegemonia do pensamento neoliberal que abandona a idéia do Estado planejador e que abandona até a idéia do desenvolvimento, na medida em que as políticas de superávit primário impostas pelo FMI e aceitas pelos nossos governos não deixam margem para o investimento em infra-estrutura, em crescimento econômico. A ideologia dominante mudou e nos colocou em uma verdadeira encruzilhada pois, se de um lado, o modelo neoliberal é absolutamente nefasto para os trabalhadores, por

outro, o modelo nacional-desenvolvimentista também já demonstrou seus reais interesses de classe por trás dos discursos aparentemente includentes.

Em respostas a esta nova ideologia hegemônica, vemos mais uma vez cepalinos¹⁵ e marxistas defenderem o desenvolvimento econômico, isto é, defenderem mais uma vez a política econômica que eles sempre deslumbraram para nosso continente. Mas permanece a lacuna para um projeto realmente alternativo, realmente da classe trabalhadora. São as possibilidades e as dificuldades da construção deste projeto que iremos debater na última parte deste trabalho.

3. PROJETO: Como poderemos construir uma alternativa latino-americana dos trabalhadores que não reproduza o nacional-desenvolvimentismo?

A realidade brasileira, latino-americana e dos demais países subdesenvolvidos continua sendo a de países desiguais e repletos de contradições. No caso brasileiro, somos o país de pior distribuição de renda do mundo em pleno século XXI. Só para ficar no exemplo da energia (que, desde Lênin, já foi apontada como elemento central para o desenvolvimento), temos, de um lado, um empresário (Antonio Ermírio de Moraes) que em apenas uma de suas empresas (Companhia Brasileira de Alumínio) consome mais energia que todo o Paraguai¹⁶; de outro lado, 2.248.228 residências do país não têm energia elétrica, a maioria delas na área rural¹⁷. As 200 maiores empresas do país consomem a mesma energia que as 45 milhões de residências e pagam a metade do preço. 50% da energia produzida pela Hidrelétrica de Tucuruí (no Pará), por exemplo, é consumida por duas fábricas de alumínio que pagam 15% menos da tarifa industrial média que, por sua vez, é quase um terço da tarifa residencial média.

Apesar do modelo neoliberal ter acirrado as desigualdades sociais (por exemplo, na questão de energia, o aumento de tarifas após as privatizações colocou grandes parcelas da população urbana na inadimplência, e mesmo excluiu-as de um serviço ao qual já tinham acesso), o modelo anterior foi quem as produziu. Todas as distorções que ocorrem no setor

¹⁵ Nem todos os cepalinos continuaram defendendo o desenvolvimentismo. Parte deles aderiu ao neoliberalismo e contribuiu decisivamente para o desmonte do Estado Nacional e do planejamento econômico via Estado. O mais emblemático dos exemplos é Fernando Henrique Cardoso.

¹⁶ Segundo jornal O Globo de 25/10/2003.

¹⁷ Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (Pnad) do IBGE de 1999. Pela pesquisa, 25% da população no campo ainda vive sem energia elétrica.

elétrico, conforme mostramos acima, são fruto do modelo baseado em grandes hidrelétricas para suprir a necessidade de acumulação e reprodução do capital, em sua dominação explícita sobre os aparelhos do Estado brasileiro e demais aparelhos ideológicos e econômicos de dominação. Assim, o Estado brasileiro planejador foi o responsável pelo desenvolvimento do capital imperialista (monopolista e financeiro) no Brasil, mesmo que muitas vezes a população tenha até conseguido alguns serviços e direitos¹⁸.

Então é hora de construir uma nova idéia de desenvolvimento ou mesmo um novo conceito que substitua o conceito de desenvolvimento na busca por uma nova sociedade. Para tanto, é preciso inicialmente desconstruir a fé a-crítica na tecnologia e nos “avanços” tecnológicos capitalistas.

Já vimos que Marx acreditava em benefícios da modernização capitalista, assim como os marxistas do início do século XX. Vimos também que, em parte, isso se justificava pela conjuntura da época, porque Marx estava vendo apenas o início (e não poderia ter previsto o futuro) de um processo muito rápido que alcançou sua face mais perturbadora no advento da bomba atômica e nos desastres ecológicos do final do século XX. Hoje, no entanto, não é mais possível ser verdadeiramente comprometido com a construção da nova sociedade se não desconfiarmos da técnica, se não formos suficientemente críticos em relação à maneira como o capitalismo desenvolveu técnicas que servem somente à exploração sem limites dos homens e da natureza.

Em 1946, Josué de Castro já afirmava em seu *Geografia da Fome* (CASTRO, 1992): “A tecnologia passou a ser em nossos dias a teologia do ocidente”. Ele também já apontava a ameaça que alguns tipos de tecnologia, que desdenhavam a dimensão ecológica, podiam representar para o meio ambiente e as populações já tão fragilizadas nos países da periferia capitalista. Assim, podemos perceber que a crítica a racionalização técnica capitalista já vem sendo feita há muitas décadas.

No entanto, muitas vezes a esquerda e os movimentos sociais reproduzem consensos que o presente artigo tentou desconstruir. Por exemplo, ao discutir a produção e cooperação agrícola no livro *Brava Gente*, João Pedro Stédile afirma:

¹⁸ A produção e reprodução da força de trabalho, como sabemos desde Marx, também é fator fundamental para a acumulação capitalista.

A divisão do trabalho é uma questão objetiva, não é resultante de uma discussão nem depende da boa ou da má vontade das pessoas. O trabalho para o seu êxito exige a especialização das pessoas. Para que isso ocorra cada vez melhor e com rapidez cada vez maior, é preciso dividir tarefas. É claro que há uma variação do grau de complexidade dessa divisão do trabalho. Isso depende do estágio em que se encontra essa organização do trabalho. (STÉDILE e FERNANDES, 2000, p. 108)

Ora, discutimos anteriormente que aquilo que parece natural no desenvolvimento capitalista, como a técnica ou a divisão do trabalho - e que, por isso mesmo, tem uma enorme força na constituição do imaginário social, contribuindo para a hegemonia burguesa – não é natural, e muito menos inexorável, mas sim, se alimenta de sua aparência de fatalidade para reproduzir seu modo de ser.

O mesmo exercício devemos fazer para a idéia de desenvolvimento nacional. Primeiro, porque já discutimos que ele não significou historicamente o desenvolvimento na melhoria das condições de vida dos trabalhadores (mesmo que um contingente pequeno da massa dos trabalhadores tenha se beneficiado de alguns serviços e direitos), mas sim das condições de reprodução do capital baseadas na propriedade e apropriação privada da riqueza e da renda, na relação avanço do capital a partir da extração de mais-valia do trabalho, na ampliação do exército industrial de reserva e, não menos importante, das características das relações internacionais em cada momento histórico e na forma como o Estado vai, pouco a pouco se transformando em espaço de reprodução aberta dos interesses do grupo dominante.

Segundo porque o seu conteúdo nacional é um dos elementos mais importantes para o coescionamento social, isto é, um dos fatores fundamentais de hegemonia ideológica burguesa. É preciso, então, começar a se afastar dos projetos historicamente ligados à burguesia e, entre eles, a própria idéia do nacionalismo, tão presente e revalorizada na esquerda brasileira hoje.

Mas já existem muitas críticas e caminhos apontados na direção de um novo projeto que abandone a idéia do desenvolvimento como ele foi colocado pela sociedade burguesa. As próprias contradições do capitalismo contemporâneo contribuem para o nascimento deste novo projeto. A experiência das discussões da Via Campesina¹⁹ quanto a biopirataria e as campanhas das sementes e contra os transgênicos são fortíssimos exemplos disso. Ao

¹⁹ A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa.

contrário de antigas elegias ao desenvolvimento e expansão capitalistas, pode-se hoje começar a ouvir de lideranças da esquerda e dos movimentos sociais algumas fortes críticas ao avanço do capitalismo para os locais aonde ele ainda não é dominante. A seguinte passagem da militante indiana Vandana Shiva em seu livro *Biopirataria* é bastante significativa:

No coração da “descoberta” de Colombo estava o tratamento da pirataria como um direito natural do colonizador, necessário para a salvação do colonizado. No coração do tratado do GATT e suas leis de patentes está o tratamento da biopirataria como um direito natural das grandes empresas ocidentais, necessário para o “desenvolvimento” das comunidades do Terceiro Mundo. (SHIVA, 2001, p.27)

Também na questão do produtivismo e da expansão das formas capitalistas de produzir (o que inclui suas técnicas) também encontramos fortes críticas. A idéia da negação da agricultura produtivista capitalista e a afirmação de uma agricultura camponesa poderiam parecer estranhas aos revolucionários russos, como vimos na análise do pensamento de Lênin, mas hoje, com a destruição de vidas e modos de vida de centenas de milhares de trabalhadores rurais, já não resta outra saída aos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora a não ser a crítica deste modelo. Podemos ver claramente este pensamento nas seguintes passagens dos militantes franceses José Bové e François Dufour, respectivamente, em seu livro *O mundo não é uma mercadoria*:

A especialização da produção, acompanhando a industrialização agrícola, leva a uma perda da visão global do produto [alienação] para todos: o camponês, o consumidor e todos os que trabalham na cadeia alimentar. A padronização da produção em massa, a divisão e a segmentação do trabalho são as causas dos descaminhos insuportáveis que consideramos ligados ao modelo de modernização da agricultura imposto depois da II Guerra Mundial: aquilo que chamamos produtivismo. (BOVÉ e DUFOUR, 2001, p. 88)

Diga-me qual é a sua agricultura e eu direi em que sociedade você vive! A agricultura camponesa vincula a escolha dos modos de produção à escolha social, às solidariedades locais, à proteção da biodiversidade. (BOVÉ e DUFOUR, 2001, p. 180)

Desta forma, os movimentos sociais vêm apontando para o estranhamento de consensos históricos no que se refere às noções de: desenvolvimento, bem comum, utilidade pública, progresso, tecnologia, produtivismo, industrialização, racionalização, modernização, nação. Da crítica poderemos passar para o projeto, para a alternativa que, ainda encontra

limites e empecilhos, mas que aponta no horizonte da construção teórica e prática. Não é porque a burguesia deixou de falar no desenvolvimento, ou que o desenvolvimento deixou de ser uma idéia hegemônica da burguesia que a esquerda precisa necessariamente incorporar esta ideologia e renunciar à possibilidade e ao papel de construir algo de realmente novo.

A história não pode se vista como progresso, evolução ou desenvolvimento das forças produtivas. Esta perspectiva de história aberta, recoloca com mais propriedade a discussão sobre o potencial transformador da classe trabalhadora e o papel dos diferentes movimentos sociais, sem recorrer a nenhuma teleologia histórica. Assim, a construção do sujeito coletivo – a classe em luta - e a construção da ideologia desta classe são parte de um processo dialético e inesgotável. Não há, portanto espaço para reforçar novamente o projeto burguês, com o risco de se perder de novo a oportunidade da própria alternativa socialista.

Por fim, é necessário neste esforço de construção do novo projeto repensar com profundidade a relação entre sociedade e natureza. A crítica contundente do modelo produtivo que é próprio da economia capitalista – embora tenha marcado também a experiência soviética – é fundamental.

Na sua experiência concreta de luta, o Movimento dos Atingidos por Barragens vem construindo uma cultura política que se estrutura sobre uma complexa combinação de elementos herdados, de um lado, do marxismo revolucionário latino-americano e da teologia da libertação; e, de outro, das lutas pela democratização do Estado (contra a ditadura militar) e dos movimentos ecologistas e libertários (comumente chamados pós-marxistas). Não é uma combinação fácil, encerra também muitas contradições. No entanto, a sua luta histórica contra o modelo de desenvolvimento capitalista dirigido pelo Estado possibilitou caminhar para um projeto de emancipação dos trabalhadores.

Ao longo deste texto, buscou-se apontar alguns caminhos para responder a uma pergunta: *por que é tão difícil pensar em um projeto para a sociedade latino-americana sem reproduzir a ideologia desenvolvimentista?* Certamente que não terminaremos com uma resposta fechada, na medida em que às perguntas históricas só cabem respostas históricas, isto é da práxis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T e HORKHEIMER, M. *A dialética do esclarecimento*. RJ: Zahar, (1985).
- BENJAMIN, César [et. al.]. *A opção brasileira*. RJ: Contraponto, (1998.).
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. RJ: Zahar, (2001).
- BOVÉ, J. e DUFOUR, F. *O mundo não é uma mercadoria: camponeses contra a comida ruim*. SP: Ed. UNESP, (2001).
- CANO, Wilson. “*América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo*”. In: FIORI, J. L. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, (2000).
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK – JQ*. RJ: Paz e Terra, (1978).
- CASTRO, Josué (1992). *Geografia da Fome*. RJ: Gryphus.
- ENGELS, F. *Anti-Dühring*. RJ: Paz e Terra, (1979).
- FURTADO, Celso (1961). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. RJ: Fundo de Cultura.
- GARZA, E. G. “*Economía, teoría y história: la CEPAL y los estilos de desarrollo*”. In: MARINI y MILLÁN. *La teoría social latinoamericana: subdesarrollo y dependência*. México: Ediciones el Caballito, Tomo II, (1994).
- GERAS, Norman. *A atualidade de Rosa Luxemburgo*. Lisboa: Edições Antídoto, (1978).
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. RJ: Civilização Brasileira, (1981).
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. RJ: Civilização Brasileira, (1986).
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. RJ: Paz e Terra, (1977).

LENIN. *Obras Escolhidas*. SP: Editora Alfa-ômega, (1980).

LINHART, Robert. *Lenin, os camponeses, Taylor: ensaio de análise baseado no materialismo histórico sobre a origem do sistema produtivo soviético*. RJ: Editora Marco Zero, (1983).

LOUREIRO, Isabel Maria. *Rosa Luxemburg: os dilemas da ação revolucionária*. SP: Ed. UNESP, (2004).

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. SP: Boitempo Editorial, (2005).

_____ “A dialética marxista do progresso”. In: LÖWY e BENSÄID. *Marxismo, modernidade e utopia*. SP: Xamã, (2000).

LÖWY e BENSÄID (2000). *Marxismo, modernidade e utopia*. SP: Xamã.

LUXEMBURG, Rosa. *A crise da social-democracia*. Lisboa: Editorial Presença, (1974).

MAB. Caderno 6: *A crise do modelo energético: construir um outro modelo é possível*. Erechim: Setor de comunicação do MAB, (2001).

MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. RJ: Zahar, (1968)

MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. SP: Paz e Terra, (1981).

MARX, K e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. SP: Martins Fontes, (1989).

MÉSZAROS, I. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* SP: Boitempo Editorial, (2003).

PRADO Jr, Caio. *A revolução brasileira*. SP: Brasiliense, (1966).

RODRÍGUEZ, O. *La teoría del subdesarrollo de la CEPAL*. México: Siglo XXI, (1980)

STÉDILE, J. P. e FERNANDES, B. M. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. SP: Ed. Fundação Perseu Abramo, (2000).

SWEEZY, P. e HUBERMAN, L. [org.]. *Perspectivas da América Latina*. RJ: Zahar, (1964).

VAINER, Carlos. “Entrevista: *Estado, poder e imperialismo ou os desafios da esquerda*”. In: *Revista Crítica Social*, nº1, abril-junho, (2003).

VAINER, Carlos. “Águas para vida, não para morte. Notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil”. In: ACSELRAD at alli. *Justiça Ambiental e Cidadania*. RJ: Relume-Dumará, (2004).